

1 **ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE**
2 **INSTRUMENTOS DE GESTÃO - CTINS DO COMITÊ DA BACIA LITORÂNEA**

3 Aos 24 dias de maio de 2018, às 9h00min, na Sala de Reuniões da Associação
4 Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá - ACIAP, deu-se início à 5ª
5 Reunião da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão - CTINS, do Comitê
6 da Bacia Litorânea, reunindo membros titulares e convidados, conforme lista de
7 presença em anexo. A reunião foi composta por dois momentos: manhã e
8 tarde. O Presidente do Comitê da Bacia Litorânea e coordenador da CTINS, Sr.
9 Arlineu Ribas, fez a abertura da reunião e apresentou a seguinte pauta:

- 10 1. Abertura;
- 11 2. Discussão e aprovação da Ata da 4ª Reunião Ordinária da CTINS;
- 12 3. Apresentação e discussão do Produto 08 - Proposta de Enquadramento
13 – Revisão 01;
- 14 4. Apresentação e discussão da revisão do Produto 04 - Balanço Hídrico;
- 15 5. Apresentação e discussão da revisão do Produto 05 – Uso e Ocupação
16 do Solo;
- 17 6. Apresentação e discussão da revisão do Produto 07 – Cenários;
- 18 7. Encerramento.

19 Às 9h30, a abertura da reunião – **item 1** – foi realizada pelo coordenador
20 Arlineu Ribas que, após informes gerais, passou ao **item 2** da pauta. A leitura
21 da ata da 4ª Reunião Ordinária da CTINS foi dispensada, sendo colocada em
22 votação e aprovada por unanimidade. Passou-se ao 3º item da pauta: a engª
23 ambiental Camila, da COBRAPE apresentou os resultados do Produto 08 –
24 Proposta de Enquadramento (**item 3**). O professor Paulo, da UFPR Litoral,
25 levantou a questão dos canais do DNOS e Camila (COBRAPE) mencionou que
26 a hidrografia cedida pelo AGUASPARANÁ contemplava alguns deles apenas.
27 Assim, propôs-se uma classe para aqueles considerados como rios; não sendo
28 indicada nenhuma classe para os outros. O professor Paulo, da UFPR,
29 comentou que as AEGs L6 e L7 estão recebendo todos os efluentes,
30 praticamente, sendo que ainda estão previstas a ampliação das redes de ETEs
31 e locação de novos pontos de lançamento. Perguntou como isso foi
32 considerado nos estudos. A engª Camila respondeu que as outorgas em
33 andamento e/ou que foram solicitadas, já foram consideradas nos cenários.
34 Destacou ser interessante a análise das cargas máximas e mínimas lançadas
35 (envoltória de cargas), pois se consegue observar o máximo e o mínimo de
36 efluentes das diversas fontes de poluição, além de quanto o rio conseguiria
37 suportar; e retomou a apresentação. Ao final, ressaltou a importância de se
38 avaliar a proposta de enquadramento considerando as metas mais factíveis e
39 realistas possíveis, não idealizando as classes de rios com metas que “acabam
40 ficando apenas no papel”. Após o término da apresentação, o engº Enéas, do
41 AGUASPARANÁ, iniciou a discussão, questionando os prazos 2025 e 2035
42 para se atingir as metas de enquadramento: haveria trechos de rios na classe 4
43 na Q_{50%} entre hoje e 2025? A engª Camila, da COBRAPE, relembrou que a
44 proposta apresentada era para o horizonte de 2035. Caso aprovada na
45 Reunião, trabalhar-se-ia nas metas e investimentos para definir o
46 enquadramento intermediário (2025), tratando-se de questões para o próximo
47 produto. O engº Enéas mencionou que as metas do PLANSAB (Plano de
48 Saneamento Básico) eram otimistas demais, propondo, assim, que se
49 utilizasse 50 ou 70% dele, com receio de que até 2035 tal Plano não estivesse
50 implantado. O engº Ramina argumentou que o PLANSAB fpo considerado
51 como cenário, e não como meta. Outro ponto levantado pelo engº Enéas foi se
52 a consultora teria suposto que o Iarce (Índice de Atendimento com Rede
53 Coletora de Esgoto) se manteria estável, mesmo com o aumento da a
54 população. Apontou, ainda, que o índice poderia aumentar dependendo dos
55 investimentos realizados pelas empresas de saneamento. A engª Camila
56 respondeu que, no cenário tendencial, considerou isso mesmo, IARCE estável
57 com o aumento da população. Já em relação ao PLANSAB, destacou que seria

58 interessante mantê-lo, uma vez que, mesmo com este cenário mais otimista, os
59 problemas persistiriam, ainda havendo trechos de rios com classe 4. Porém,
60 enfatizou que ficaria a critério do Comitê determinar a questão dos índices. O
61 eng^o Rodolpho Ramina, da COBRAPE, defendeu não se tratar apenas de um
62 problema de enquadramento e sim, de um passivo ambiental, ou seja, as
63 simulações realizadas pela consultora revelaram a criticidade da situação e a
64 tendência de agravamento. Comentou ainda sobre as condições particulares
65 do ambiente litorâneo e sobre a necessidade de um Plano de Bacias que se
66 relacionasse diretamente com o Plano de Desenvolvimento Sustentável, por
67 exemplo. O professor Paulo concordou com a análise e a proposta de
68 enquadramento apresentadas, mantendo, inclusive o enquadramento mais
69 otimista, para que, com isso, se alavancassem mais investimentos na área,
70 além de enfatizar a necessidade de compatibilizar os usos de recursos hídricos
71 com os Planos de expansão, Planos de Desenvolvimento Sustentável e
72 processos de Licenciamento. A geóloga Kátia, da SANEPAR, solicitou maiores
73 esclarecimentos quanto à metodologia, principalmente à locação das cargas e
74 divisão dos trechos, no relatório; e mapas em maior detalhe, para que se
75 pudesse identificar com mais clareza os pontos de lançamento outorgados.
76 Sugeriu, ainda, mapas por AEG, com pontos de lançamento no trecho do rio.
77 Em relação ao larce, afirmou se tratar de um índice determinado pelo
78 enquadramento e não o contrário, como lhe pareceu que tivesse sido
79 conduzido pela consultora. Por fim, a geóloga Kátia comentou que não
80 conseguira identificar as águas salobras e salinas com clareza nos mapas
81 apresentados. Quanto à identificação dos pontos e dos rios, o eng^o Enéas
82 propôs a apresentação dos mapas em formato A0. Kátia, então, fez o adendo
83 de que mapas em pdf seriam mais adequados para análises. A eng^a Camila
84 contestou, pois, a princípio, os mapas no princípio do Plano foram aprovados
85 em A3 para serem entregues e a consultora readequou para A2 a fim de
86 melhorar a visualização, mas concordou em enviar no formato pdf. Em relação
87 ao índice, a eng^a Camila respondeu que isso seria trabalhado no próximo
88 produto, na verdade, pois de acordo com a própria Resolução, a idéia era que
89 se propusesse o enquadramento baseado nos usos e só depois, a análise de
90 como se trabalharia para chegar à classe proposta. Reafirmou, ainda, que a
91 idéia proposta pela consultora era de trabalhar os aspectos índices, eficiência
92 na remoção de cargas, etc., juntamente com as metas, objeto do próximo
93 produto. O eng^o Enéas, então, questionou se seria válido manter esses
94 produtos tão estanques. A eng^a Camila concordou que todas essas questões
95 deveriam, sim, ser tratadas de forma conjunta, mas se respaldando também
96 que a consultora seguia o previsto no Termo de Referência. Expôs a
97 dificuldade de se elaborar um relatório técnico com tantas variáveis e
98 simulações, sendo, por isso, necessário ouvir a opinião da CTINS, para que se
99 norteara a continuidade dos trabalhos da consultora. Como objetos de
100 discussão da CTINS, a eng^a Camila levantou a influência da maré, a proposta
101 de se utilizar duas vazões de referência, os níveis de ottobacias, as outorgas
102 para canais, a proposição de soluções alternativas. Em seguida, o eng^o
103 Ramina apontou problemas de inconsistência com banco de dados de
104 outorgas, que muitas vezes, não coincide com o das empresas de saneamento.
105 Ademais, comentou acerca das diferentes escalas de análises encontradas
106 pelos planos de saneamento (trecho de rio) *versus* planos de recursos hídricos
107 (bacia hidrográfica); atentou para a ausência de participação de Prefeituras
108 para se discutir resíduos sólidos e uso e ocupação do solo, por exemplo;
109 enfatizando que não se trata apenas de se obter um índice de eficiência de
110 tratamento que as ETEs devessem cumprir, o enquadramento visa ao que se
111 deseja para a bacia, sendo o trecho de rio um indicador da qualidade ambiental
112 da bacia. Prosseguindo a discussão, o eng^o Enéas lembrou a todos que,
113 infelizmente, estamos fadados à atribuição legal das prefeituras quanto ao uso
114 e ocupação do solo e o que está ao alcance da CTINS, no momento, é olhar

115 para os rios. Logo depois, passou a palavra para a geógrafa Neiva, da
116 SANEPAR; Christine, do IAP e Priscila Cavalcante, do Ministério Público. A
117 geógrafa Neiva, solicitou à consultora um “zoom” para os detalhes ou que se
118 trabalhasse em escala mais adequada nos mapas, além de um tempo maior
119 para que a SANEPAR pudesse analisar a questão dos índices. Concordeu com
120 as colocações do eng^o Ramina, mas afirmou que diluição se analisa por trecho
121 de rio e reiterou a necessidade de haver Prefeituras participando das
122 discussões. A eng^a Camila esclareceu, então, que o necessário na reunião não
123 era aprovar o produto “proposta de enquadramento”, e sim, saber qual a
124 posição da CTINS diante das questões-chave: maré, duas vazões de
125 referência, salinidade, etc. a fim de assegurar uma boa continuidade dos
126 trabalhos. Comprometeu-se em trazer para próxima reunião uma apresentação
127 integrada da proposta de enquadramento e do programa de efetivação. A
128 bióloga Christine, do IAP, fez duas perguntas em relação à metodologia: por
129 que se apresentou um cálculo de trofia dos canais; e como ficou a questão da
130 água subterrânea no ambiente litorâneo, uma vez que lá existe um grande
131 número de fossas sépticas, acarretando problemas sérios de balneabilidade. A
132 eng^a Camila esclareceu que a questão dos canais foi colocada apenas para
133 apontar um problema existente da bacia como um todo e que o cálculo do nível
134 de trofia foi a forma encontrada para quantificá-lo. Assim, o enquadramento
135 não foi proposto com base nisso. Em resposta à segunda questão, a eng^a
136 Camila assumiu que há necessidade de se incluir a água subterrânea nos
137 estudos, porém, indagou de onde se obteriam tais dados. A seguir, passou-se
138 a palavra para a promotora Priscila Cavalcante, do Ministério Público (MPPR),
139 que perguntou se foi ou não considerado o crescimento do setor industrial, por
140 conta de investimentos portuários. O eng^o Ramina replicou que sim, mas
141 salientando que se baseou na taxa de crescimento populacional, pois a maior
142 demanda de água na região seria para o abastecimento público, não havendo
143 previsão de crescimento do setor industrial em demanda de recursos hídricos,
144 mesmo com o advento do novo porto. Portanto, optou-se por cenários
145 baseados em projeções populacionais e suas respectivas demandas. A
146 promotora Priscila pontuou que os processos de outorga e licenciamento estão
147 muito focados no empreendimento e propôs que o Comitê revisasse a forma de
148 licenciamento de empreendimentos, como os que dizem respeito ao
149 abastecimento público e ETEs, devido à influência mútua que causam nos rios,
150 impactando toda a região. Foi explicado que a outorga sempre precede a
151 licença ambiental, quando há utilização de recursos hídricos, assim já existe
152 um processo integrado AGUASPARANÁ/IAP. O eng^o Enéas, do
153 AGUASPARANÁ, questionou se o eng^o Tiago, do departamento de outorgas da
154 mesma instituição, estaria de acordo com as vazões de referência propostas. O
155 diretor de gestão de bacias do AGUASPARANÁ, geólogo Everton, interveio,
156 primeiramente, para esclarecer à promotora Priscila que tanto o
157 AGUASPARANÁ quanto o IAP estão trabalhando juntos na modernização dos
158 sistemas de outorga e licenciamento, por meio do Sistema Integrado previsto
159 para janeiro de 2019. O eng^o Tiago, então, reforçou que um novo
160 empreendimento ou renovação de licença só sairia se tivesse outorga e que,
161 portanto, já estaria ocorrendo essa maior integração. Quanto à pergunta do
162 eng^o Enéas, Tiago mencionou que teria dificuldades em conceder outorgas,
163 considerando apenas classe 3; ele teria de avaliar melhor a Q_{50%} e também
164 necessitaria de uma recomendação do Comitê para que ele pudesse analisar a
165 Q_{50%} nos pedidos de outorga, uma vez que atualmente ele deve analisar a
166 Q_{95%}. O eng^o Enéas tranquilizou Tiago, esclarecendo que, se aprovada a
167 proposta pela CTINS e depois no Plenário, deve sair uma resolução do Comitê
168 mandatária ao AGUASPARANÁ, garantindo o cumprimento das novas regras.
169 Às 11h30, eng^o Enéas anunciou o término da primeira parte da reunião. Às
170 13h30, retomou-se a pauta, dando continuidade à discussão da manhã. O
171 professor Paulo, da UFPR, mostrou-se preocupado em relação à possível

172 influência dos aspectos do enquadramento nos processos de outorga e
173 licenciamento. O eng^o Enéas comentou que o que fosse aprovado na CTINS,
174 seria levado para o Comitê e, uma vez aprovado pelo Plenário, constituiria
175 nova base legal para outorgas e, conseqüentemente, para as licenças
176 ambientais. Felipe, da ADEMADAN, citou que o processo de licenciamento da
177 Faixa de Infraestrutura, por exemplo, está caminhando sem levar em conta a
178 questão da água, revelando-se uma preocupação muito grande do terceiro
179 setor. Sugeriu que a CTINS propusesse alguma diretriz para que os processos
180 de licenciamento esperassem até que o Plano de Bacias fosse aprovado, a fim
181 de garantir que o licenciamento considerasse os recursos hídricos. O eng^o
182 Enéas esclareceu que não compete à CTINS nem ao Comitê interferir no
183 licenciamento, até porque não havia nenhum pedido de outorga para algum
184 uso de recursos hídricos na faixa de infraestrutura e reforçou o que estaria na
185 esfera de competência da CT naquele momento: aprovar ou não os critérios de
186 outorga, pelo menos as vazões de referência Q_{95%} e Q_{50%}. A bióloga Christine,
187 do IAP, esclareceu que o processo de licenciamento considera a melhor
188 definição, a melhor tecnologia e a lei vigente no momento da licença e que todo
189 processo pode ser revisto a qualquer tempo, ou seja, uma vez que o
190 enquadramento fosse efetivado, outorgas e licenças poderiam ser revisadas
191 para atender à nova portaria. O Comitê não poderia requerer que o IAP
192 interrompesse o processo de licenciamento. A promotora Priscila concordou
193 com o professor Paulo, da UFPR, na proposta de que a CTINS emitisse um
194 ofício para as instituições AGUASPARANÁ, IAP e MPPR, informando o estado
195 da arte dos instrumentos de gestão de recursos hídricos. O professor Paulo
196 reiterou que seria uma medida de anteceder entraves, pois as outorgas atuam
197 como limitantes para o licenciamento. Ademais, reafirmou que água e
198 saneamento não estão sendo considerados nos processos de licenciamento
199 atuais. O eng^o Enéas interveio recomendando como sendo mais plausível e um
200 passo mais concreto que se discutisse a análise das vazões de referência
201 propostas pela consultora além de outros critérios. A geógrafa Neiva, da
202 SANEPAR, respondeu que gostaria de verificar com a equipe de projetos da
203 empresa antes de levar o tema adiante. Felipe, da ADEMADAN, ratificou sua
204 fala anterior, colocando que, na perspectiva do Plano de Bacias, o
205 licenciamento não estaria considerando a questão das águas e que o Plano
206 traria novos elementos para análise. O eng^o Enéas comentou, então, sobre o
207 alcance e a função de um Plano de Bacias, evidenciando que se trata de
208 horizontes de médio e longo prazo, e que possui limitações legais, não
209 podendo entrar no mérito dos empreendimentos, cuja base legal é a outorga,
210 quando existir e o licenciamento ambiental. Expôs novamente a todos que o
211 importante para a CTINS era fixar critérios: de outorgas, de enquadramento e
212 de cobranças pelo uso de recursos hídricos; e que há um aditivo de prazo
213 aprovado por mais quatro meses com a consultora, sendo necessário discutir
214 diversos produtos ainda com a CTINS e a Plenária. A eng^a Camila reforçou que
215 a idéia não era aprovar tudo na reunião, mas apenas responder as questões-
216 chaves propostas. O professor Paulo questionou se os projetos novos de
217 futuras captações e lançamento das companhias de saneamento estavam
218 sendo consideradas no estudo. O eng^o Enéas respondeu que sim, todos os
219 projetos novos com pedido de outorga já estavam contemplados nos cenários
220 apresentados, reiterando para que se aprovassem os critérios e não o
221 enquadramento. O coordenador da CTINS, Ribas, indagou se os planos
222 municipais de saneamento foram contemplados nos estudos da COBRAPE e
223 como se iria trabalhar na questão dos canais, onde já se têm lançamentos
224 incompatíveis. A eng^a Camila respondeu que todas as captações e
225 lançamentos futuros de que se tinham conhecimento foram contemplados, sim,
226 nas simulações, bem como os planos municipais de saneamento. Quanto aos
227 canais, reforçou que apenas a proposição de ações e medidas estaria ao
228 alcance no âmbito do Plano de Bacias. O eng^o Enéas resumiu os principais

229 pontos discutidos até então e pediu, novamente, para que se voltassem à
230 definição dos critérios propostos pela consultora: PLANSAB – manter 100% ou
231 outro número; vazões de referência – aceitar que seja $Q_{95\%}$ e $Q_{50\%}$; canais
232 DNOS – enquadrar ou não; maré – considerar ou não. A geóloga Kátia, da
233 SANEPAR, concordou que, conceitualmente, estava de acordo com as vazões
234 de referência, apesar das incertezas quanto à diluição da $Q_{50\%}$. Em relação ao
235 PLANSAB, fez ressalvas de que tal Plano considera metas de saneamento
236 para todos os municípios, indiscriminadamente, e que se deveria analisar a
237 bacia, os rios, localização das cargas ao longo dos seus trechos. O eng^o Enéas
238 questionou por que simular uma situação inatingível, que seria a do PLANSAB,
239 chegando a ser utópica, e propôs, novamente, para que se analisasse um
240 cenário com 70 ou 80% das metas PLANSAB. A eng^a Camila, da COBRAPE,
241 contestou, esclarecendo que o PLANSAB não era o que a consultora estaria
242 propondo para os municípios, tratando-se, portanto, de cenários alternativos
243 usados para construir a idéia de melhor hipótese que se poderia haver para a
244 bacia; e que mesmo assim, haveria problemas. Afirmou que ter essa visão
245 seria bom para o planejamento, contudo, para o estabelecimento das metas de
246 2025, não se proporia PLANSAB e sim, as metas que procurassem atender a
247 remoção de cargas que fossem possíveis. O eng^o Ramina defendeu que o
248 cenário não era objetivo, não se tratando apenas de investimento em
249 tratamento de esgoto, pois ainda persistiriam os problemas de diluição no
250 futuro. A localização dos problemas já foi determinada. Não se estaria
251 discutindo metas, e sim, critérios. O eng^o Enéas, então, mostrou-se de acordo,
252 enfatizando que cada município teria seu larce e prosseguiu a reunião,
253 passando para o próximo critério: marés. A bióloga Christine, do IAP,
254 concordou que se considerasse a maré e a salinidade, mas fez ressalva quanto
255 aos indicadores: DBO não seria adequado, uma vez que a salinidade e a
256 salobridade afetam o método e questionou se apenas o COT bastaria. Ainda
257 mencionou às áreas sujeitas às sizíguas e questionou como se trabalharia com
258 indicadores nessas áreas, principalmente quanto à concessão de outorgas e
259 licenças, devido à dificuldade para se medir a vazão e à ausência de diluição
260 nessas áreas. A geóloga Kátia, da SANEPAR, concordou também que deveria
261 ser levada em conta a influência da maré, mas ressaltou a dificuldade de se
262 medir a vazão dessa maré, disponível para diluição. O eng^o Enéas comentou,
263 parcialmente, o discutido até então: houve concordância em levar a maré em
264 conta; dois parâmetros seriam necessários: para rios que fluem – DBO, e para
265 rios sujeitos à influência da maré – COT. Questionou à consultora se havia
266 como obter, empiricamente, a vazão da maré. A geóloga Kátia aproveitou para
267 perguntar qual vazão foi utilizada nos mapas apresentados. A eng^a Camila
268 respondeu que a vazão de diluição apresentada foi baseada no conceito de
269 balanço de massa e na influência da salinidade. Propôs que, a longo prazo,
270 mais estudos sejam realizados, juntamente com a Universidade e o IAP. A
271 geóloga Kátia questionou ainda como foi estimada a salinidade. Em resposta, a
272 eng^a Camila disse que foi baseada no estudo “Paraná – Costa e Mar” (SEMA),
273 do qual se obteve uma estimativa de variações máxima e mínima de
274 salinidade, por mapas; a partir de cruzamento desses mapas com os da
275 ottobacia, obteve-se a variação média da salinidade e aplicou-se na fórmula do
276 balanço de massa. O eng^o Felipe, da ADEMADAN, mencionou a existência de
277 modelos tridimensionais, porém, que o problema estaria relacionado à
278 obtenção de dados de entrada. A eng^a Camila apontou para a ausência de
279 dados de série histórica e que, em longo prazo, o monitoramento seria uma
280 medida proposta para os estudos posteriores ao Plano. O eng^o Enéas, do
281 AGUASPARANÁ, propôs que um dos itens da Resolução resultante ao final de
282 todo o processo junto à CT e Comitê poderia ser: “Para efetivação da outorga,
283 deverá ser levado em conta o regime de marés; o AGUASPARANÁ terá um
284 prazo de “x” anos para apresentar critérios específicos e metodologia
285 adequada...” ou “até que haja uma metodologia disponível, não será levada em

286 conta a influência da maré...”. Complementou, ainda, dizendo ser competência
287 do AGUASPARANÁ, juntamente com o IAP, a realização de levantamento e
288 monitoramento de dados para alimentar um futuro modelo matemático. Felipe,
289 da ADEMADAN, questionou se poderia propor um prazo para definição de um
290 modelo. Em resposta, o eng^o Enéas afirmou que isso seria algo pós-Plano,
291 mas que os parâmetros a serem monitorados não deveriam mudar muito,
292 independentemente do modelo a ser adotado. A eng^a Camila, da COBRAPE,
293 comentou que a consultora poderia sugerir uma série de modelos e seus dados
294 de entrada para futura avaliação do AGUASPARANÁ. O geólogo Everton, do
295 AGUASPARANÁ, destacou a importância do programa de efetivação, muito
296 mais do que a proposição e aceite do enquadramento, por se tratar de
297 responsabilidades futuras da Instituição e também, como instrumentos de
298 controle social. O eng^o Enéas, da mesma entidade, enfatizou que o produto
299 final desta etapa se referia ao programa de efetivação e que havia a
300 necessidade de maior participação das prefeituras paranaenses nas
301 discussões. A promotora Priscila ressaltou a relevância de se oficializar os
302 pedidos e convites às Prefeituras. Recomendou que se encaminhasse um
303 documento “up-to-date”, no mínimo, para as Prefeituras, ao menos para que as
304 mesmas tomassem conhecimento do que se está sendo discutido nas
305 CTs/Comitês. O eng^o Enéas concordou e retomou a discussão sobre os
306 critérios quanto aos canais. A eng^a Camila perguntou se todos estavam de
307 acordo, então, sobre considerar a maré, contudo, deixando uma observação
308 quanto à adequação das outorgas em um prazo a ser definido. E levantou a
309 questão dos canais e vazões de referência. Todos concordaram em manter as
310 duas vazões de referência propostas, sendo Q_{95%} para classe especial para
311 Unidades de Conservação, classe 1 para áreas indígenas e classe 2 para
312 outorgas de abastecimento, tanto atuais quanto futuras; e Q_{50%} para classe 3,
313 para rios urbanos ou que recebem efluentes. A geógrafa Neiva, da SANEPAR,
314 questionou se a sazonalidade estava sendo considerada. A eng^a Camila, da
315 COBRAPE, assentiu. A promotora Priscila mencionou o rio Ribeirão, que
316 apresentava um trecho no Parque St. Hillaire (classe especial), e o fato de uma
317 ETE da CAB estar em prospecção na região. A eng^a Camila esclareceu que o
318 rio era dividido por trechos, sem interferência de um uso no outro. A promotora
319 Priscila questionou a localização e classificação atual do rio Ribeirão. Em
320 resposta, a eng^a Camila apresentou que ele estava, inteiramente, como classe
321 2, no momento. A promotora Priscila replicou por que não foi considerada a
322 parte do rio que estava dentro da Unidade de Conservação de Proteção
323 Integral, o Parque Nacional St. Hillaire Lange, como classe especial. E
324 apontou, ainda, para a incompatibilidade dos nomes dos rios. A eng^a Camila
325 respondeu que a consultora havia adotado a hidrografia oficial do
326 AGUASPARANÁ, mas se comprometeu a verificar no GIS, em escritório, a
327 localização do trecho do rio Ribeirão que cruza a UC. Felipe, da ADEMADAN,
328 defendeu haver preocupação com a bacia do Ribeirão, pois se trata de uma
329 área de manancial, com efeitos sinérgicos com o parque e a costa. Pediu que a
330 CT/Comitê reavaliassem a classificação desse rio, para que fique, ao menos,
331 na classe 1 e não na classe 2, como inicialmente proposto pela consultora. O
332 eng^o Ramina, da COBRAPE lembrou se tratar de uma questão de analisar os
333 usos preponderantes dos corpos hídricos. A promotora Priscila, do MPPR, e
334 Felipe, da ADEMADAN, propuseram, novamente que, ao menos, uma
335 consideração fosse feita nos estudos, tendo em vista a importância do rio
336 Ribeirão como área de manancial e seus efeitos sinérgicos com a bacia como
337 um todo. A eng^a Camila fi8cou de revisar os estudos e verificar a adequação do
338 rio como Classe 1, e levantou o próximo critério de discussão: manter ou não a
339 proposição do enquadramento para os canais considerados como rios pela
340 hidrografia do AGUASPARANÁ. O professor Paulo, da UFPR, concordou que,
341 para aqueles interligados com algum rio, deveria ser mantido o
342 enquadramento. Mas levantou a questão dos outros casos. A eng^a Cláudia, da

343 CAGEPAR, perguntou sobre a legalidade de se propor enquadramento a
344 canais, pois, segundo a lei do saneamento, “os serviços de saneamento não
345 incluíam os recursos hídricos”. O eng^o Enéas solicitou um consenso de que, a
346 princípio, os canais que estivessem ligados à malha de rios, fossem
347 enquadrados, e os outros, não. A geóloga Kátia, da SANEPAR, questionou a
348 respeito do traçado do canal de Matinhos. A sua direção de fluxo não seria
349 para o ribeirão das Onças e sim, para o rio Guaraguaçu, não constando da
350 hidrografia do AGUASPARANÁ. O professor Paulo, da UFPR, citou, como
351 importante, saber quais canais estavam recebendo efluentes. A eng^a Camila,
352 da COBRAPE, sugeriu, então, que se estabelecesse um critério com base nos
353 canais já outorgados, pois ainda havia incerteza a respeito da localização exata
354 de todos os canais. O eng^o Ramina, da COBRAPE, questionou por que não se
355 consideravam todos os canais como rios, uma vez que todos estariam
356 apresentando fluxo. Enéas concordou. A eng^a Camila levantou a questão de
357 talvez estar se generalizando muito a partir daí, incentivando alguns canais a
358 receber mais efluentes. A geógrafa Neiva, da SANEPAR, concordou que
359 fossem mantidos os canais como corpos hídricos, havendo enquadramento
360 para eles, portanto, e que a SANEPAR forneceria o traçado do canal de
361 Matinhos, para acertar a sua direção do fluxo nos mapas da consultora. A eng^a
362 Cláudia, da CAGEPAR, perguntou o que aconteceria, na prática, em
363 Paranaguá, quanto a outorgas de canais usados para transporte. Enéas e
364 Tiago, do AGUASPARANÁ, esclareceram que há outorgas para transporte.
365 Após breve discussão sobre tratamento de efluente por zona de raízes, com
366 macrófitas aquáticas, a eng^a Camila mencionou estar prevista a proposição de
367 limpeza de canais como ação a ser implantada, no Plano de Ações. O eng^o
368 Enéas enfatizou que tais assuntos seriam objeto de pauta das reuniões
369 seguintes e perguntou se todos estariam de acordo em discutir e revisar os
370 itens restantes do dia. Passou-se, então, a palavra à eng^a Bruna, da
371 COBRAPE, para que fizesse as apresentações das revisões do Produto 5 –
372 Uso e ocupação do solo (**item 5**) e Produto 4 – Balanço Hídrico (**item 4**),
373 ressaltando-se que, na reunião anterior, o Produto 6 – Eventos Críticos foi
374 aprovado, com algumas considerações. Após apresentação do Produto 5 –
375 revisão 1, Ricardo, da CAGEPAR, apontou para um ponto de captação na Ilha
376 dos Valadares, no rio Embu-Guaçu, e para a falta do lançamento da ETE
377 Costeira. A eng^a Camila, da COBRAPE, pediu para que desconsiderassem
378 isso, pois a consultora verificou que não existe tal captação e já solicitou, por
379 ofícios, ao AGUASPARANÁ e à CAB que retirassem o ponto do banco de
380 dados. A geógrafa Neiva, da SANEPAR, solicitou que se apresentasse um
381 mapa com mais detalhes ou um “zoom” para que se pudesse analisar melhor o
382 traçado das bacias. Assim, o Produto 5 foi aprovado, com os pedidos de
383 alteração anotados. Em seguida, a eng^a Bruna apresentou a revisão do
384 Produto 7 – Cenários (**item 6**). A promotora Priscila retomou a importância de
385 se considerar os empreendimentos portuários, como projetos de expansão em
386 Antonina, Paranaguá e Pontal do Paraná, nos cenários, de forma mais clara. O
387 eng^o Ramina reiterou que os estudos se basearam em projeção populacional,
388 que engloba todos os usos de água na bacia. Para os cenários tendenciais,
389 utilizando-se as projeções do Ipardes e dos censos anteriores. Já para os
390 alternativos, utilizou-se as taxas de crescimento populacional dos municípios
391 das regiões portuárias de Santa Catarina, por meio de analogia e inferências
392 (análise regional). A promotora Priscila reiterou que a curva de crescimento
393 populacional apresentada no EIA/RIMA da Faixa de Infra-estrutura se mostrara
394 bastante expressiva. Em resposta, o eng^o Ramina apontou que os cenários
395 estudados não alterariam a natureza dos problemas, pois eles já existem no
396 momento e se agravariam com o passar do tempo, apenas. Afirmou que não
397 haveria limitação quantitativa de água na região litorânea, mesmo com o
398 advento de investimentos portuários, mas sim, qualitativa. O professor Paulo,
399 da UFPR, concordou com as colocações do eng^o Ramina e ainda reforçou a

400 fragilidade das áreas de manancial da região, pedindo que todas as áreas a
401 montante fossem consideradas na melhor classe possível. O engº Ramina
402 complementou, incluindo o agravante da população flutuante e época de
403 veraneio e turismo e, conseqüente, demanda por medidas institucionais, além
404 de soluções de engenharia. O engº Enéas, do AGUASPARANÁ, perguntou se
405 todos estavam de acordo com a aprovação do Produto 7 – Cenários (**item 6**).
406 Após consenso, foi recebida uma correspondência da ONG ADEMADAN, via
407 promotora Priscila, a respeito das influências das vazões de descarga da UHE
408 Parigot de Souza no rio Cachoeira, bem como os autos e laudos referentes a
409 uma ação civil pública em que a UHE está envolvida, para que a COBRAPE
410 utilizasse em seus estudos seguintes. Felipe, da ADEMADAN, mencionou,
411 ainda, que se estava interpondo ofício, em relação ao Produto 14 – Análise da
412 Transposição Capivari-Cachoeira, e solicitou que o AGUASPARANÁ tornasse
413 público todos os documentos recebidos. Às 17h30, o engº Enéas elencou os
414 assuntos da pauta da reunião seguinte, marcada para o dia 13 de junho de
415 2018: apresentação e discussão de Rede de monitoramento (Produto 10),
416 Diretrizes Institucionais (Produto 12), Indicadores do andamento do Plano
417 (Produto 13), Análise da Transposição Capivari-Cachoeira (Produto 14) e ainda
418 a apresentação e discussão do Produto 04 (**item 4**), pendente. Feitos tais
419 encaminhamentos, deu-se por encerrada a reunião de que se tratou a presente
420 ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da lei.

421

422

423

424 Arlineu Ribas

425 Coordenador da CTINS